

# Estudo de Caso

## O PROCESSO RECENTE DE FAVELIZAÇÃO EM SALVADOR: O EXEMPLO DO CALABAR

**DANTE SEVERO GIUDICE**

Mestre em Geografia pela UFB.

**REGINA CELESTE DE ALMEIDA SOUZA**

Doutora em Geografia pela Universidade de Rowen – França.  
Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS.

### INTRODUÇÃO

Salvador, uma metrópole regional, consolidada particularmente a partir da segunda metade do século XX, graças ao processo de industrialização que acelerou o seu crescimento populacional. Por questões históricas de propriedade de terra e falta de um programa habitacional, este crescimento acarretou no processo de favelização, objeto de nosso trabalho, através de um estudo de caso – o Calabar.

### O PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO

As modificações estruturais que viriam desencadear o processo de favelização em Salvador, tiveram início no começo do século XX, quando, segundo Alban Suarez (1995), com a proclamação da República, o regime de enfiteuse, entra em contradição com as relações sociais que pretendiam os brasileiros em seu novo momento histórico. O sistema teve de ser alterado pelo da propriedade absoluta, em que se somavam o domínio útil e a propriedade em um só proprietário - o proprietário privado - que passou a ser amplamente protegido, a partir de 1917, pelo Código Civil. Desta forma a cidade se privatizou, fazendo então surgir a dualidade urbana, o espaço público e o privado.

O Estado passou a atuar cada vez mais no espaço urbano dividido entre bairros “nobres” e pobres, dotando seus recursos somente para os primeiros, acelerando a estratificação espacial que havia começado nas cidades brasileiras desde o século XIX, e que se consolidou no século XX, resultando numa estrutura núcleo-periferia. Este processo foi iniciado com a República, quando os municípios começaram a ser ordenados pelas suas próprias leis, mas deixando a cargo da União, o ônus de prover a moradia. Entretanto as invasões ocorreram em terras municipais, levando o município a incorporar o problema, sem ter competência nem recursos para solucioná-lo, evidenciando a impotência do poder público para ordenar o solo urbano. O planejamento da cidade se tornou algo impossível. O golpe militar de 1964 privilegiou áreas ricas do país, dentre elas, as cidades, onde é marcante a concentração de renda, e a especulação imobiliária promoveu a remoção da população carente para áreas periféricas (Alban Suarez, op. cit.).

Ainda na primeira metade do século, como fruto da Semana de Urbanismo de 1935, a Prefeitura contratou vários estudos, visando o planejamento para o futuro desenvolvimento urbano, através da elaboração do primeiro plano sistemático, com diretrizes para localização e construção de habitações populares em Salvador,

denominado - o Escritório do Plano Urbano da Cidade de Salvador - EPUCS (1943 - 1947) que era um planejamento de vanguarda, embora nunca concluído. Neste período, as relações sociais já configuravam dois espaços urbanos bem distintos. De um lado o espaço formal, a parte da cidade regida pelas normativas urbanas que até hoje se diferencia por seu caráter de legalidade e de outro, o espaço informal de morfologia própria, e de respostas estruturais independentes do plano normativo (Alban Suarez, op. cit.).

A pobreza já começa a aparecer como característica de Salvador; e o Censo de 1940, já detecta 57% das construções em madeira ou material semelhante (Vasconcelos, 1995). A população continuou a crescer devido ao fluxo migratório do interior, principalmente depois que a região cacauieira deixou de absorver essa leva migratória, o que vem a contribuir para que ocorram as primeiras grandes invasões de terra (Pero Vaz, por exemplo), e o avanço para o mar no interior da península itapagipana, onde as águas calmas permitiram a construção de palafitas (Alagados).

As invasões em Salvador, na sua origem, constituíram-se num movimento social urbano que se compõe de práticas sociais contraditórias, que põem em cheque a ordem estabelecida, a partir de contradições específicas da própria problemática urbana. Segundo diagnóstico de José Álvaro

Moisés, citado por Neves (1985), sobre movimentos sociais urbanos ocorridos no Brasil, a partir de 1930, eles são todos resultantes, basicamente, dos mecanismos de super-exploração da força de trabalho, e da minimização da participação privada e, em particular, do Estado, no custo da sua reprodução, isto é, no fundamental à sobrevivência dos trabalhadores e suas famílias, tais como alojamento, saúde e educação.

Segundo Souza (1990) a crise habitacional da década de 1940 provocou as primeiras grandes mudanças espaciais na estrutura urbana, causadas pelo fluxo migratório que incrementou a procura de novas habitações, causando interferência no sistema habitacional e forte pressão nas áreas populares, pela transformação do centro, com a transferência das famílias abastadas para arredores imediatos e a expulsão da população de renda mais baixa, com o fim das “avenidas” e “cortiços”, dando origem às ocupações espontâneas e degradando ainda mais a qualidade de vida. Assim, começaram a ocorrer as ocupações espontâneas com consentimento dos proprietários que aguardavam a valorização com a chegada da infra-estrutura. Por outro lado, as glebas vazias, segundo Souza (op. cit.), surgidas com a expansão da cidade, tornaram-se áreas de “engorda” que posteriormente viriam desencadear o processo de “escassez deliberada”, que iria se acentuar progressivamente.

No final da década de 40, segundo Mattedi (1979), surgiram os primeiros grandes conflitos abertos entre proprietários e poder público, de um lado, e favelados do outro, surgindo a categoria de “invasor” como indicador de ocupação de áreas ociosas, tornando-se este tipo de ocupação, gradativamente comum para uma grande parte da população pobre, que na impossibilidade de outra alternativa, encontra a solução de moradia, na ocupação coletiva de terrenos ociosos, de propriedade alheia, pública ou privada, ou em terras devolutas.

Para Brandão (1978) as ocupa-

ções espontâneas dos anos 40, refletem as condições específicas daquele momento. Eram uma forma primária de ocupação, responsável pela dinâmica do seu crescimento e natureza dos grupos que a promoviam, traduzindo uma iniciativa revolucionária que representava a superação dos entraves decorrentes da ampla desigualdade econômica e política entre as camadas sócio-econômicas da cidade e da inércia do seu sistema fundiário e administrativo.

A intervenção do Estado no espaço urbano, até então pouco abrangente, tornou-se mais efetiva a partir dos anos 50, com as rápidas transformações ocorridas na estrutura produtiva de Salvador, que esboçavam um novo ciclo de dinamização econômica. A partir da década de 60, as ocupações espontâneas passaram a representar, entre outros fatores, um empecilho cada vez maior ao livre comércio do solo urbano. Para Mattedi (op. cit.), o poder público adotou política contraditória e ambígua com relação às ocupações, que deram uma trégua, incentivando/consentindo numa determinada área, e coagindo/destruindo em outras, o que leva a supor que deviam existir interesses políticos/econômicos das oligarquias por trás dessa atitude. Na década de 70, a área ocupada pela cidade foi expandida pela continuação da modernização do sistema viário, novas vias periféricas, e pela implantação do COMPLEXO PETROQUIMICO DE CAMAÇARI. Iniciou-se então, segundo Souza (op. cit.) uma transformação na qual os diferentes agentes produtores do espaço passaram a interagir sob a lógica primordial da valorização do capital e do solo urbano. Em relação às ocupações espontâneas, que continuaram sendo uma constante e voltaram a crescer, as atitudes dos poderes públicos eram, quase sempre, de repressão e controle, mas a partir da metade desta década, segundo Mattedi (op. cit.), com as calamidades que atingiram principalmente as áreas de habitações muito precárias, e a remoção das ocupações espontâneas, começou a surgir uma aju-

da efetiva do Estado. Entretanto, as diversas tentativas de implementação de programas habitacionais para camadas de baixa renda, frustravam-se, seja porque quase sempre estavam baseados na perspectiva de retorno do capital investido, seja por insuficiente apoio político, ou mesmo, por problemas técnico-administrativos, os programas e projetos eram arquivados. Ainda segundo Mattedi (op. cit.), nesta década, as invasões aconteceram mais afastadas do centro, em terrenos menos valorizados, e por isso, sem interesse para especulação imobiliária. Esta camada da população não podia competir no mercado de aluguéis, o que tornou a casa própria o único meio de acesso à habitação, e essa não poderia deixar de ser senão a casa de construção clandestina, via de regra, em terrenos de terceiros (Brandão, op. cit.).

A década de 80 se caracterizou pela aceleração do processo de urbanização que passou a ocorrer sob condições de extrema carência para grande parte das populações empobrecidas devido ao ciclo de crises que atingiram a população brasileira. Nesta época a imprensa noticiava, freqüentemente, grandes movimentos coletivos de ocupações espontâneas, numa retomada do processo que havia arrefecido na década anterior. Desta forma, as condições de habitação que já eram difíceis, tornaram-se mais precárias ainda, com moradas inadequadas, em áreas de risco, deficiência de infra-estrutura, dificuldades de acesso à terra, altíssimas densidades de ocupação, perifização e segregação do espaço, que segundo Corrêa (1997), é um processo que origina a tendência a uma organização espacial em áreas que tendem a apresentar estruturas sociais que podem ser marcadas pela uniformidade da população em termos de renda, instrução, etnia, etc..

As novas ocupações coletivas na década de 90, representaram, entre outros fatores, um claro reflexo da crise econômica da chamada “década perdida”, camuflada com a falsa melhora do Plano Real, acarretando principalmente um rebaixamento do va-

lor da força de trabalho, o que é agravado pelo aumento das necessidades de consumo, seja decorrente do processo de metropolização, seja do próprio processo de modernização e avanço tecnológico. Por outro lado, o estágio atual de desenvolvimento capitalista e o processo de urbanização, para Souza (op. cit.), não mais permitem esse tipo de ocupação do espaço, afirmando ainda que a produção do espaço urbano habitacional através da ocupação informal, aleatória e não mercantil, contrapõe-se à lógica dominante da produção capitalista do espaço. Neste momento, quando a política urbana se transformou, as ocupações espontâneas surgem como forma de garantir o acesso à terra, num clima político, claramente mais favorável que nas décadas de 60 e 70, mesmo porque, por falta de áreas disponíveis, essas ocupações se dão em áreas periféricas, e no chamado “Miolo”, entre os espaços deixados pelos conjuntos habitacionais da Urbis, por exemplo. Na Fig. 1, podemos observar a distribuição espacial das ocupações em Salvador.

Segundo Santos (1978), à medida que a estrutura econômica das sociedades vai se modificando com a preponderância dos setores secundários e terciários sobre o primário, a distribuição demográfica modifica-se no sentido do adensamento e das concentrações urbanas. Os centros urbanos passam a ser uma criação consciente, atendendo ao imperativo da concentração industrial, básico ao desenvolvimento capitalista, o que aumenta as pressões, sem que, simultaneamente, haja uma preocupação quanto ao processo específico do crescimento urbano. A cidade passa a ser regida pelo mecanismo industrial, com a mão-de-obra desumanizada, e assumindo papel de mero fator físico de “insumo”. Deforma-se aquela sintonia de tempo e espaço, que é substituída por desequilíbrios de toda ordem. Os componentes culturais perdem toda significação hierárquica, inspira a subordinação de toda a vida da comunidade ao determinismo econômico da produção. Na base de tudo

isso está todo um complexo de desajustamentos, que vão dos aspectos infra-humanos dos cortiços e favelas, às carências alimentares, sobretudo qualitativas, ao congestionamento dos transportes resultantes da coincidência dos horários de trabalho, às deficiências de toda aparelhagem dos sistemas de distribuição de serviços. Aliado a isso, a incapacidade para organizar um novo tipo de vida, a quebra nos padrões de vida das classes abastadas, vem contribuir para ampliar um quadro social crítico.

## O CASO DO CALABAR

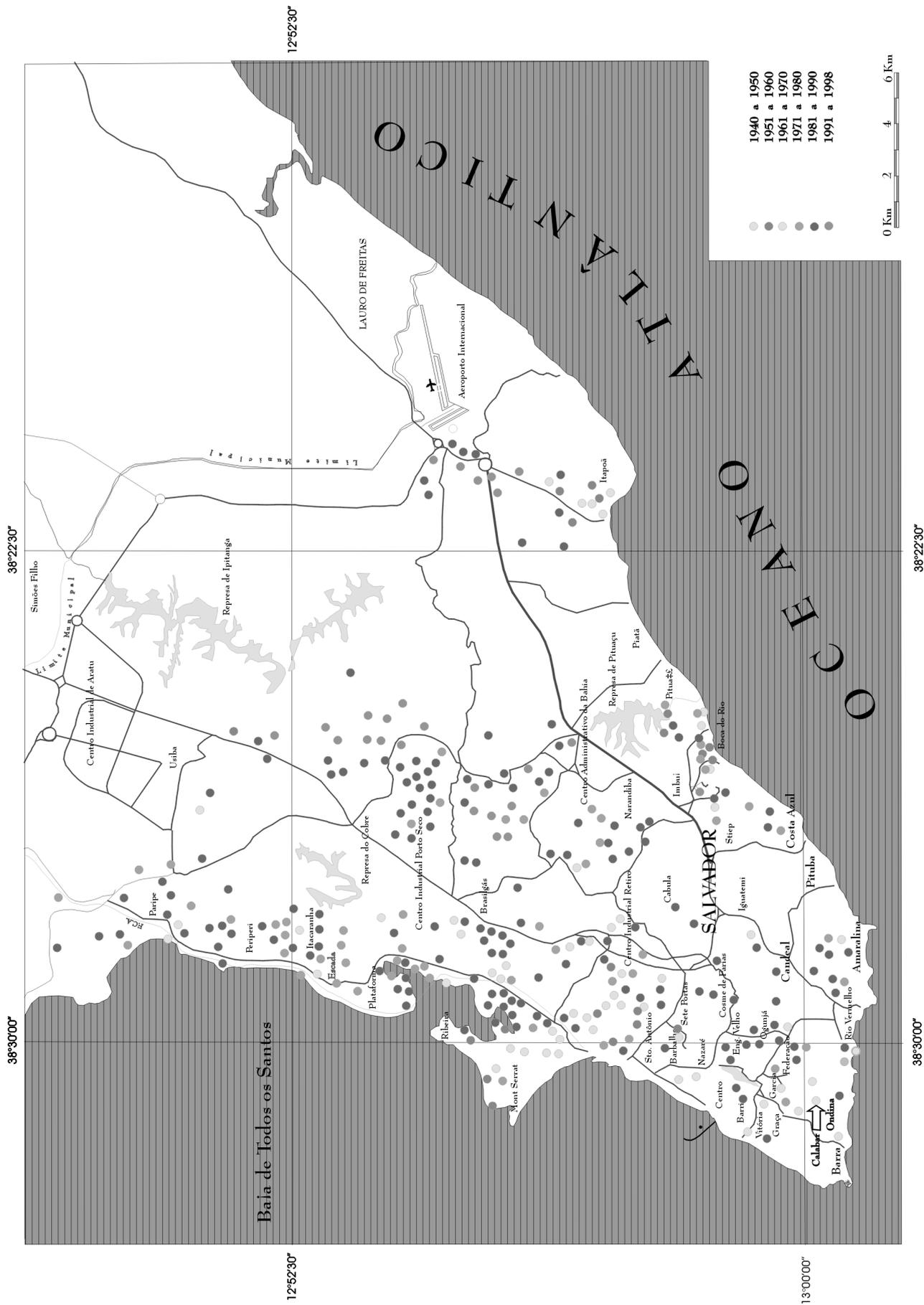
No caso do CALABAR, cuja ocupação foi lenta e sem violência, não se constituiu inicialmente por processo de invasão, e sim, por outras formas tais como, arrendamentos, parcelamentos e doações, e incluída por Souza (op. cit.), na segunda fase do processo de favelização brasileira, caracterizada por um processo de resistência e de conquista palmo a palmo. Era uma área de ocupação já consolidada, que teve seus problemas agravados com a chegada de novas levas de moradores, entre as décadas de 1970 e 1980, que provocaram adensamento, fragmentando o espaço ao longo das encostas, como mostram as figuras 2 e 3. Este período de maior densificação, onde várias famílias passaram a ocupar as áreas livres remanescentes, gerando a freqüente subdivisão dos lotes originais das antigas ocupações, coincidiu com período de maior fiscalização e repressão às invasões (1968-1979). Estas pequenas parcelas passaram a ser comercializadas com outras famílias pobres, como forma de obtenção de renda extra, ou ainda, foram cedidas para outros membros da família sem condição de acesso ao mercado formal de habitação. Na década de 1980 o processo de ocupação se intensificou, e começou ocorrer a verticalização, onde dois a três pavimentos, na sua maioria plurifamiliares foram acrescentados ao pavimento térreo.

Na década de 1970, iniciaram-se

as primeiras manifestações da comunidade, marcando o início do processo da luta por uma política urbana. A partir desta década, as páginas dos jornais, os noticiários policiais e a imprensa em geral, abriram espaço para a comunidade do Calabar e suas lideranças, enfocando os maiores problemas, tais como marginalidade, precariedade das habitações, saneamento etc. Porém, em 1977, a violência policial, fez o Calabar se levantar numa luta incansável contra o descaço do poder público. Esta luta consistiu em pressionar a Prefeitura Municipal de Salvador, para realização de obras de habitação, saneamento básico, contenção de encostas, drenagem pluvial, mas a prioridade era a legalização das terras, sem as quais todas aquelas conquistas de nada valeriam, pois os moradores poderiam ser expulsos a qualquer momento.

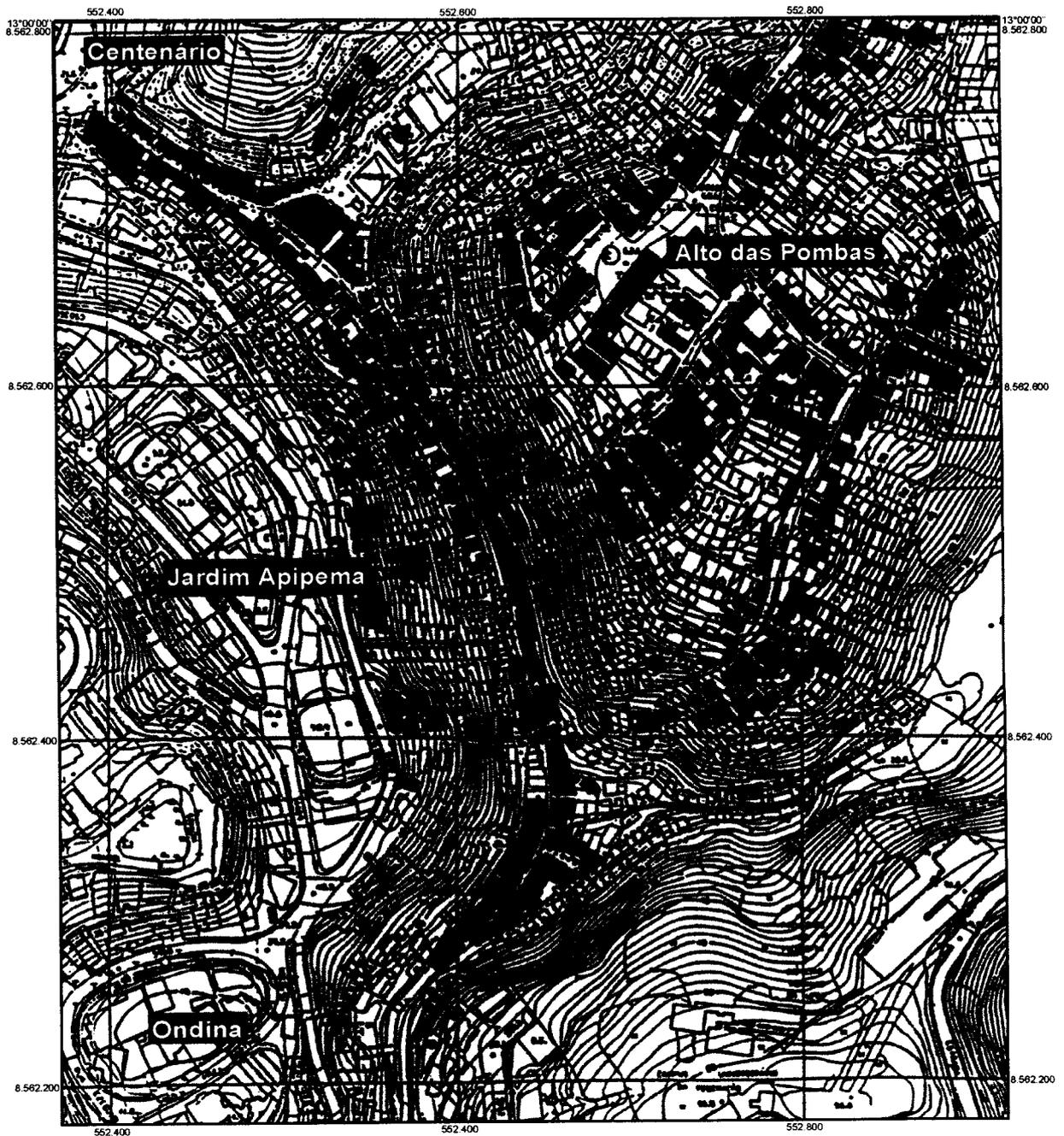
A expansão do Calabar se deu através de muita luta de seus moradores, primeiro com o JUC (Jovens Unidos do Calabar), e depois com a Associação de Moradores, que pode ser considerada originária daquele grupo. Neste processo reivindicatório de melhorias para a área, se conseguiu despertar a atenção da Prefeitura, que culminou, em 1979 com a visita do então prefeito Mário Kértész. Desta visita, segundo Conceição (1986), surgiu a possibilidade de transferência da população para outra área, o que era uma questão polêmica: lutar para continuar no mesmo lugar, ou sair para terreno cedido gratuitamente pela Prefeitura. No debate com a comunidade, optou-se, a princípio, por permanecer no local, caso houvesse possibilidade de realizar melhoramentos; porém a grande maioria achava isso impossível de ser realizado, optando pela mudança de local previamente negociado com a Prefeitura. Depois, porém, de amadurecer a questão, a população acreditou no direito de não somente permanecer onde estava, mas também de exigir melhorias definitivas para o lugar, sem fazer nenhuma concessão. Neste período, apesar de reivindicar melhorias infra-estruturais, os esfor-

**Fig. 1**  
**INVASÕES OCORRIDAS EM SALVADOR 1940-1998**



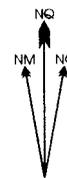
Base cartográfica: Sistema cartográfico da região metropolitana de Salvador, 1985.  
Fonte temática: Mattedi (1979); Souza (1990); levantamento dos autores.

Fig.2  
**OCUPAÇÃO DO SOLO NO CALABAR**  
 SITUAÇÃO EM 1965



Base Cartográfica: Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador - Conder, 1992  
 Fonte Temática: Fotointerpretação das Fotos 228/229/230 (Cruzeiro do Sul), 1965

-  Edificações
-  Escadarias
-  Ruas e Avenidas
-  Curvas de Nível



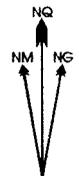
Declinação Magnética em 1992 - 22°48'00"  
 Variação Anual 04°02'00" 34

Fig. 3  
**OCUPAÇÃO DO SOLO NO CALABAR**  
 SITUAÇÃO EM 1993



Base Cartográfica: Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador - Conder, 1992  
 Fonte Temática: Diagnóstico Ambiental do Calabar, 1992

-  Edificações
-  Escadarias
-  Ruas e Avenidas
-  Curvas de Nível



Declinação Magnética em 1992 - 22°48'00"  
 Variação Anual 04°02'00" 36

cos da comunidade continuavam concentrados na luta pelo título da terra. O que só viria acontecer com o decreto no 6.037, de 11/11/80, declarando de utilidade pública para fins de desapropriação, uma área de 79.354 m<sup>2</sup>, onde se situa o Calabar. A primeira intervenção da Prefeitura ocorreu só a partir daí, tendo sido iniciada em agosto de 1981, com trabalhos realizados pela RENURB e se prolongou até setembro de 1982, quando foi considerado cumprido o programa de obras de urbanização previsto para a área, que contemplava a construção de rampas e escadarias drenantes, que deveriam se espalhar em um modelo tipo espinha de peixe, a partir da rua principal, rua Nova do Calabar, que foi pavimentada e drenada, permitindo o acesso de veículos, serviços de água, esgoto e energia elétrica, bem como a coleta de lixo, extensiva para toda a área. Porém, nem tudo foi cumprido.

A segunda intervenção, se deu a partir de 1990, quando a Fundação José Silveira, em parceria com a comunidade do Calabar, elaborou o Plano Integrado do Calabar, cujas metas eram tornar a ocupação valorizada e integrada à cidade de Salvador. Esta parceria objetivava a melhoria na qualidade de vida da população, através de ações nas áreas de saneamento, educação, saúde e habitação.

A última intervenção só veio a ocorrer em fins de 1998, quando um projeto da Prefeitura - Viver Melhor - em convênio com o Estado, retirou a população da área mais carente (Jardim das Mangueiras), e construiu casas do tipo apartamentos geminados, com toda a infraestrutura. Esta intervenção, entretanto ainda não foi concluída.

## CONCLUSÃO

O problema das ocupações espontâneas, como o Calabar é, hoje em dia, mais um conflito de urbanização do que uma questão exclusiva de habitação, que por sua vez era um problema mais antigo, da época dos cortiços existentes na área degradada da cidade velha. Para Souza (op. cit.), em nível teórico, as invasões, enquanto "questão de habitação", constituem-se dessa forma, uma evidência exacerbada de que sendo um problema de ordem estrutural, intrínseco à estrutura de classes e à distribuição da renda, a sua solução, que seria o de tornar o trabalhador proprietário da sua habitação, não pode ser encontrada no livre mercado. Além disso, a relação entre precariedade habitacional e exploração do trabalho não é direta e sim, mediatizada pelos mercados de terras e imobiliário, ou seja, além do baixo salário ou do desemprego, há o obstáculo ao pleno desenvolvimento do setor de produção de moradias decorrente da propriedade privada da terra. Segundo Mattedi (1979), as ocupações espontâneas foram pioneiras no sentido de iniciar a rachadura numa estrutura de propriedade territorial enrijecida, erguida sobre a instituição da enfiteuse, cujo desmoronamento oficial se daria com a promulgação do Código Civil, e se consolidaria no final dos anos 60, com a lei da reforma urbana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAN SUAREZ, N. Morfología urbana en la ciudad de Salvador/Brasil - nuevos barrios proyectados y su relación con la ciudad heredada. Madrid: 1995. Tese (Doutorado) - Escuela Técnica Superior

de Arquitectura, Universidad Politécnica de Madrid.

BRANDÃO, M. A. R. Origens da expansão periférica de Salvador. Revista Planejamento, Salvador, v.6, n.2, p.155-172, 1978.

CONCEIÇÃO, F. Cala a boca Calabar. 3. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986

CORRÊA, R.L. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1997.

GIUDICE, D.S. Impactos Ambientais em área de ocupação espontânea - o exemplo do Calabar. Salvador: 1999. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia.

GORDILHO, W. O sítio urbano: seu desenvolvimento, In: CENTRO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (BA). A grande Salvador. Salvador: 1978. p.X 1 - X 11.

MATTEDI, M.R.M. As invasões em Salvador: uma alternativa habitacional. Salvador: 1979. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

NEVES, E. F. Invasões em Salvador: um movimento de conquista do espaço para morar (1946-1950). São Paulo: 1985. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SANTOS, M. A geografia da percepção e do comportamento. In: \_\_\_\_\_. Por uma geografia nova. São Paulo: Hucitec-EDUSP, 1978. Cap.6, p. 67-72.

SOUZA, A. M. G. Invasões e intervenções públicas: uma política de atribuição espacial em Salvador, em 1966-1989. Rio de Janeiro: 1990. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Pesquisas em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SOUZA, R.C.A. et al. Diagnóstico Ambiental do Calabar. Conv. Fund. José Silveira e Programa Companheiros das Américas. Divulg. Xerox. Salvador, BA. 1992.

VASCONCELOS, P. A. Salvador: transformações e permanências (1549-1990). In: CRISTOFOLETTI, A et al. (Org.). Geografia e meio ambiente no Brasil. S. Paulo: HUCITEC, 1995. p. 97-117.



## DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 2

### Curso de Ciências Contábeis

Forma um profissional com conhecimentos em temas avançados na área contábil e com uma visão generalista, destacando-se o enfoque especial para atividades nobres na área contábil, como auditoria, análise de balanço, entre outras.

Maiores informações com a coordenação do curso: Tel.: (71) 340-3660 ou e-mail: contabeis@unifacs.br